



## **LEI ORDINÁRIA Nº 2776**

*de 01 de julho de 2021*

**Autoriza a concessão de subsídio orçamentário extraordinário para o transporte público coletivo municipal em razão da pandemia do Covid-19.**

*O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBÁ Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

### **Capítulo I.**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** *Fica autorizada a concessão de subsídio para a empresa de transporte público coletivo municipal, objetivando assegurar a continuidade do serviço público como medida de mitigação dos efeitos da queda de demanda gerada.*

#### **Art. 2º.**

*A concessionária deverá atender com prioridade aos seguintes objetivos:*

**I.** *Viabilizar a continuidade dos serviços, garantida pela Constituição Federal, em compatibilidade com a demanda existe;*

#### **II.**

*Preservar a saúde dos usuários, através do reforço de ações de higienização e do dimensionamento da operação em conformidade com as diretrizes de distanciamento social recomendadas pelos órgãos e entidades de saúde pública.*

### **Capítulo II.**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 3º.** *Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subsídio orçamentário extraordinário à empresa concessionária de transporte coletivo municipal, como forma de assegurar o equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo diante dos efeitos advindos da pandemia do COVID-19.*

**Art. 4º.**

*Fica o montante do subsídio limitado a R\$ 1.000.000,00, resultante da anulação de despesas de outras dotações, concedidos de acordo com disponibilidade financeira-orçamentária do Município de Corumbá, mediante termo aditivo ao contrato de concessão.*

**Parágrafo único .**

*Se, na apuração, verificar-se que o subsídio concedido, somado à tarifa pública atual, importou em superávit tarifário, poderá o Poder Executivo optar entre a redução da tarifa pública futura ou a devolução pela concessionária do valor excedente.*

**Art. 5º.**

*A concessão do subsídio será custeada com recursos próprios do Orçamento Geral do Município, oriundo da suplementação por anulação de outras despesas em valores equivalentes.*

**Capítulo III.**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 6º.** *As medidas previstas nesta lei vigorarão por no máximo 6 (seis) meses após a data da publicação desta lei.*

**Art. 7º.**

*Restabelecidas as condições de normalidade operacional, ainda que parcialmente, poderá o Município, fazer cessar o pagamento do subsidio extraordinário.*

*CORUMBÁ - MS, 01 DE JULHO DE 2021.*

*MARCELO AGUILAR IUNES PREFEITO MUNICIPAL*

---

*Lei Ordinária Nº 2776/2021 - 01 de julho de 2021*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*